

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
PROTOCOLO Nº 799/2023 ÀS 16:12 HS
DESTINO DO DOC Diretoria Legislativa
Matinhos, 24 de março de 2023
Assinatura do Servidor



PROJETO DE LEI Nº 2749/2023

Dispõe sobre normas de equidade de gênero, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público municipal e de uso do nome social.

A Câmara Municipal de Matinhos aprova:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas de equidade de gênero, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público do município de Matinhos.

Art. 2º A Administração Pública Municipal direta e indireta garantirá idêntica remuneração a cargos ou funções iguais, independente do gênero do servidor público.

Art. 3º Os servidores públicos terão igualdade de oportunidades e de trato, independentemente de sua identidade de gênero.

Parágrafo Único. A identidade de gênero diz respeito à experiência interna e individual relacionada ao gênero com o qual a pessoa se identifica, não estando necessariamente relacionado com características biológicas tipicamente atribuídas aos sexos masculino e feminino, podendo se identificar com um gênero diferente daquele do seu nascimento.

Art. 4º A Administração Pública Municipal direta e indireta desenvolverá políticas destinadas a combater o preconceito de gênero, propondo instrumentos que eliminem distorções, consolidem a igualdade de oportunidades aos empregos e aos cargos públicos, e à remuneração justa e compatível entre homens e mulheres.

Parágrafo único. Nas políticas a que se refere o **caput**, serão observados o princípio da transversalidade das ações, além das disposições da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Art. 5º As denúncias de violência e assédio sexual ou moral contra servidor público, decorrente da relação de trabalho, serão apuradas pelo órgão competente em prazo razoável.

Art. 6º Os órgãos e as entidades da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa LGBTQIA+, de acordo com seu requerimento e com o disposto nesta Lei, independente de registro civil.

§ 1º Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa LGBT se identifica e é socialmente reconhecida.

§ 2º É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas LGBTQIA+.

Art. 7º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 8º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa LGBTQIA+, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

LIDO EM PLENÁRIO

28/03/2023

Assinatura

Art. 9º O órgão ou a entidade da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 10. Os servidores públicos deverão tratar a pessoa pelo nome social constante dos atos escritos.

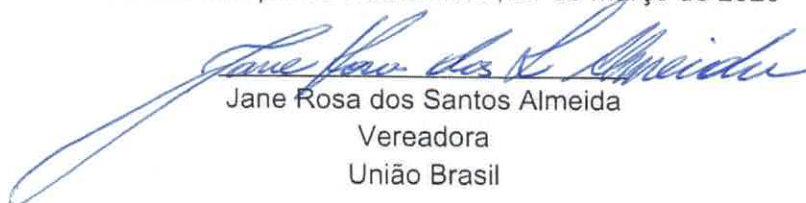
Art. 11. É assegurado ao servidor público LGBTQIA+ a utilização do seu nome social mediante requerimento à administração Pública Municipal direta e indireta, nas seguintes situações:

- I – Cadastro de dados e informações de uso social;
- II – Comunicações internas de uso social;
- III – Endereço de correio eletrônico;
- IV – Identificação funcional de uso interno do órgão ex: crachás;
- V – Lista de ramais do órgão; e
- VI – Nome de usuário em sistemas de informática.

Art. 12. A pessoa LGBTQIA+ poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Matozinhos, 21 de março de 2023


Jane Rosa dos Santos Almeida
Vereadora
União Brasil



JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as atuais movimentações e manifestações políticas sobre o tema, verifica-se que a discriminação de gênero ocupa não apenas as instituições da sociedade, como família, religião, e outras que envolvem relações de poder, mas também o espaço profissional.

Com efeito, tal realidade nos mostra que os indivíduos tendem a perpetuar comportamentos nas diversas áreas de relacionamento social, entre eles, as discriminações e preconceitos com as mulheres, quando se encontram no mesmo nivelamento social, de

forma à protagonizar seu rebaixamento e tratamento inadequado por visões em nada científicas, mas tão somente preconceituosas.

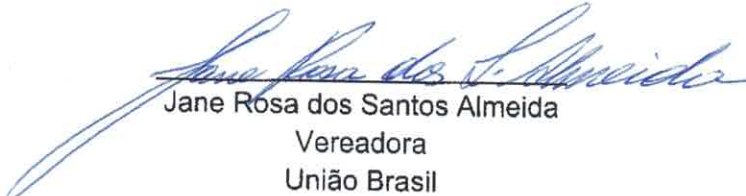
Não obstante, o direito objetivo, constituído pelos dispositivos normativos nas suas formas competentes, considerando os consagrados e arduamente reconhecidos direitos humanos das minorias sociais, necessita preservar os interesses individuais e coletivos, cujo descumprimento ataca e expõe gravemente ao risco a personalidade do sujeito.

Por conseguinte, sendo esta Casa Legislativa representante da sociedade, incluindo as minorias que sofrem discriminação, faz-se necessário posicionamento frente ao combate e garantia dos mecanismos que tutelam o correto cumprimento e fiscalização do respeito aos direitos das mulheres, frequentemente vítimas de discriminação de gênero.

Nesse sentido, o presente Projeto de Lei consiste em mais uma das diversas políticas e iniciativas legislativas ocorridas na contemporaneidade e no exercício de meu mandato, em prol da igualdade de direitos entre os gêneros e em combate à discriminação moral e sexual nos órgãos da Administração Pública.

Portanto, diante da expressividade do tema desta proposição, solicito aos nobres Vereadores e à Vereadora Marli Vale o apoio e voto para a aprovação de iniciativa tão importante para as mulheres, em especial neste mês de março no qual foi escrito, no dia 08, mais um capítulo na história de lutas por direitos e igualdade de oportunidades e tratamento.

Câmara Municipal de Matozinhos , 21 de março de 2023


Jane Rosa dos Santos Almeida
Vereadora
União Brasil